

Inflação só baixa depois de outubro *Econ. Brasil*

■ Eliseu diz que redução depende da reforma fiscal embutida na mudança constitucional e até lá esforço é para segurar índices

BRASÍLIA — Manifestando-se “angustiado” com a inflação, o ministro da Fazenda, Eliseu Resende, afirmou ontem que a “nova esperança” de uma queda mais acentuada na inflação “está na reforma fiscal” que será proposta pelo governo durante a mudança constitucional, a partir de outubro próximo. Até lá, o grande esforço da equipe econômica será para não deixar a inflação subir. “O segundo esforço será para que ela caia”, explicou o ministro.

Por enquanto, o governo perseguirá o cumprimento dos 15 pontos anunciados pelo ministro no Senado, no último dia 9, com a finalidade de equilibrar as contas do Tesouro Nacional. “Nosso esforço buscará credibilidade e confiança do mercado. Não vamos intranquilizá-los.”

Eliseu Resende pediu aos governos estaduais que participem do esforço federal para reduzir o déficit público e repetiu que congelamentos e tabelamentos estão fora das cogitações do governo. “Não queremos criar a falsa impressão de que vamos tabelar ou congelar quando falamos em vigiar os preços.”

No curtíssimo prazo, a estratégia do governo para conter remarcações de preços especulativas será um acompanhamento de todos os setores, através dos órgãos já existentes, como a Sunab, que será reativada para realizar esse trabalho. O ministro quer conter

ainda os preços com uma grande reestruturação em todos os órgãos de acompanhamento, inclusive o antigo Departamento de Abastecimento e Preços (DAP), agora uma coordenação da Secretaria de Política Econômica. As câmaras setoriais também serão usadas para negociar com o setor privado custos e preços.

Mais tempo — Questionado como será exatamente o combate à inflação, Eliseu Resende pediu à imprensa “um pouco de tempo para apresentar resultados”. O ministro só detalhou como será a política para as tarifas públicas. Elas acompanharão a inflação, depois de comprovados seus custos.

Para ele, o governo não trabalha com a hipótese de déficits no caixa do Tesouro e confirmou que se fará até o contingenciamento dos gastos do orçamento da União assim que ele for aprovado pelo Congresso. “Os gastos com pessoal serão compatibilizados com a política econômica”, sinalizou o ministro da Fazenda. “Seria muito bom se pudessemos aumentar os salários.”

A aceleração e ampliação do programa de privatização foram também reafirmadas pelo ministro. “Não será apenas a venda de empresas. Podemos até alienar ações de companhias, ficando no limite do capital, para que o governo não perca o controle acionário”, finalizou.

Brasília — Gilberto Alves



Eliseu: estratégia do governo vai ser de acompanhamento de preços